

Assembleia alerta para risco de “apagão” nas escolas e aprova indicativo de greve

Assembleia também aprovou a pauta de reivindicação da Campanha Salarial/Educacional de 2026

Cerca de 500 trabalhadores em educação concursados se reuniram na Praça da Estação para realizar a primeira assembleia de 2026. A assembleia aprovou a pauta da **Campanha Salarial/Educacional 2026** e uma **campanha de rechaço à política educacional adotada pela Secretaria Municipal de Educação (SMED)**, com a palavra de ordem “Fora Natália!”. Durante a assembleia, trabalhadores relataram que as medidas adotadas pela SMED têm provocado **desorganização nas escolas e risco de um verdadeiro “apagão” educacional**, especialmente pela falta de concursos e posse de novos professores e pelas mudanças estruturais na política pedagógica da Rede. Por isso, a categoria exige que a SMED dê respostas sobre o problema da falta de professores até o dia 19/03. Caso não haja respostas, haverá uma assembleia no dia 24/03 com indicativo de greve!

A seguir, os principais problemas denunciados pela categoria.

Falta de professores e risco de “apagão” nas escolas

A assembleia denunciou a **não garantia de lotação de professores nos cargos vagos das escolas**. A ausência de profissionais tem provocado situações em que **estudantes permanecem nas escolas sem aulas de determinados conteúdos**, devido à falta de docentes.

Para a categoria, a falta de previsibilidade para completar o quadro de professores levanta preocupação de que a Prefeitura esteja abrindo caminho para ampliar formas precárias de contratação, como Processos Seletivos Simplificados (PSS) ou até mesmo terceirização da atividade docente.

Privatização da elaboração pedagógica do atendimento das crianças com deficiência

O plano de alteração do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** apresentado pela SMED tira dos professores do AEEs, professores regentes e coordenação pedagógica das escolas qualquer possibilidade de elaboração e acompanhamento pedagógico das crianças com deficiência, indo na contramão da política de inclusão.

A proposta transfere essa função para **Organização da Sociedade Civil (OSCs)** que, ao contrário do que está sendo divulgado, não tem nenhum conhecimento diferenciado para atendimento de crianças com deficiência e/ou transtornos.

A proposta transfere essa função para OSCs, que passariam a elaborar planos de atendimento a serem executados pelos Auxiliares de Apoio ao Educando, **restringindo o trabalho principalmente a questões comportamentais**.

É preciso chamar a atenção para uma série de problemas relacionados a essa OSCs:

- Ausência de comprovação de **expertise diferenciada** dessas organizações;
- Existência de **OSCs com vínculos políticos com a atual gestão municipal** de Álvaro Damião (União);
- Existência de **OSCs com vínculos políticos** com outras figuras da esfera política, como o deputado federal Nikolas Ferreira (PL);
- Presença de **entidades confessionais**, o que fere o princípio da **laicidade da educação pública**;
- Histórico de **processos trabalhistas envolvendo algumas dessas instituições**.

Para o Sind-REDE/BH, a solução para fortalecer a inclusão não é a privatização do AEE, mas **mais investimento público**, com ampliação do número de professores de AEE nas escolas, para que eles elaborem e apliquem junto aos professores regentes e aos auxiliares de apoio ao educando, um currículo completo para as crianças com deficiência.

Mudanças no Integral da educação infantil

A SMED está propondo a **alteração no funcionamento do ensino integral da educação infantil**. Historicamente, a Rede Municipal promoveu uma educação infantil voltada para a **formação integral da criança em todas as dimensões do desenvolvimento**: o corpo, as emoções, a linguagem, o pensamento, a convivência e a autonomia, **sem uma distinção sobre o “cuidar” e o “educar”**. Assim, a educação infantil funciona em turno único, parcial ou integral e é organizada com atuação exclusiva de professores.

A proposta da Secretaria altera essa lógica ao:

- dividir o atendimento em **dois turnos**;
- restringir os professores ao chamado **“ensino formal”**, no turno;
- transferir atividades do contraturno para **oficinas contratados por OSCs ou pelas Caixas Escolares**, nos moldes do **Programa Escola Integrada**.

Para os trabalhadores, a mudança representa a **precarização do atendimento às crianças** e uma **terceirização da função docente**. Além disso, a proposta também prevê uma **antecipação da alfabetização para a educação infantil**, desconsiderando os parâmetros curriculares da rede ou mesmo o Currículo Mineiro ou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que não espera a consolidação de outras aprendizagens necessárias para a alfabetização. Essa alteração curricular está **atrelada a política de ranqueamento das escolas** que a SMED tenta implementar na rede. Por essa razão, a assembleia votou o rechaço à política de destruição da educação infantil engendrada pela secretária.

Falta de recursos para as Caixas Escolares

A **ausência de repasses suficientes para as Caixas Escolares** tem comprometido o funcionamento cotidiano das unidades. A falta de recursos tem dificultado a gestão escolar e, em alguns casos, **prejudicado a realização das reuniões pedagógicas mensais**, fundamentais para o planejamento coletivo das escolas.

As reuniões mensais de reuniões pedagógicas são fundamentais para planejamento coletivo nas escolas, são elas que possibilitam que as instituições deem conta dos inúmeros desafios colocados. Por isso, orientamos os grupos e às direções a priorizarem a realização desses encontros.

Avanço da lógica meritocrática na Rede

No fim de 2025, a **SMED publicou a regulamentação alterando a fórmula de cálculo da Gratificação de Dedicação Exclusiva (GDE)** das direções.

A nova regulamentação substitui critérios objetivos, como número de estudantes e tamanho da escola, por **Indicadores de desempenho e produtividade**, além de critérios sociorraciais associados ao **VAAR (Valor Aluno Ano Resultado)**, mecanismo vinculado ao Fundeb. Além disso, a Prefeitura anunciou uma proposta de **bonificação para professores de escolas com melhores resultados nesses indicadores**, prevista para ser paga em 2026. **Essa proposta precisa passar pela Câmara Municipal para ser de fato implementada.**

Somado a isso, há a antecipação **da alfabetização para a educação Infantil** e as **avaliações quinzenais de Língua Portuguesa e Matemática**. Essas ações visam **treinar os estudantes para que tenham um bom desempenho nas avaliações externas**, subindo assim a média de BH para fazer jus ao VAAR, bem como ser utilizada como propaganda junto a sociedade.

É a implementação de uma política de **ranqueamento das escolas**. Essa política meritocrática **aprofunda desigualdades e não resolve os reais problemas de aprendizagem dos estudantes**. Políticas com essas diretrizes tem se espalhado pelo país, como vemos nas redes estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. A SMED quer replicar essa lógica em BH.

Por que essa lógica de abono por produtividade é um problema?

O **VAAR é uma das formas de complementação da União ao FUNDEB**, supostamente criada para incentivar a melhoria da gestão e a redução das desigualdades educacionais (raciais e socioeconômicas). Ele **é um mecanismo baseado em desempenho**, exigindo que redes de ensino cumpram condicionalidades específicas de melhoria da aprendizagem e gestão **para receber recursos adicionais**.

A própria existência do VAAR é uma distorção do Fundeb, pois em regra, municípios maiores como capitais, onde existem mais contradições sociais, e municípios mais pobres não recebem o VAAR, por apresentar mais problemas nos indicadores raciais e socioeconômicos.

De fato, critérios sociais (como resultado por perfil racial e socioeconômicas, frequência e permanência escolar) precisam ser analisados para que sejam elaboradas políticas públicas. Contudo, **não é a partir da gratificação aos diretores ou da criação de bonificações para os professores que se resolve esses problemas**, pois eles não dependem exclusivamente do trabalho nas escolas e não refletem a realidade das instituições de ensino. **Isso cria uma lógica meritocrática que ignora a realidade social que a escola está inserida**. Na prática, punindo quem trabalha nas escolas localizadas em regiões mais vulneráveis.

Além disso, gratificações desse tipo acabam criando uma lógica distorcida, pois **escolas que precisam de mais recursos**, por atender áreas de maior vulnerabilidade e que exigem maior nível de intervenção social, **acabam recebendo menos recursos**.

Valorização profissional

A Secretaria Municipal de Planejamento (SMPOG) enviou ao Sind-REDE/BH o calendário de análise de pauta e apresentação de propostas que joga para a 2º quinzena de maio a apresentação do índice de recomposição salarial e de resposta aos itens da pauta em sua integralidade.

Isso é inaceitável! A categoria recusou esse calendário e já aponta nova assembleia pro final de março ou meio de abril para apreciar o retorno da PBH ou a ausência do mesmo.

A categoria aprovou a proposta de receber o índice da Lei do Piso do Magistério somada a 15% esse ano, seguindo da mesma forma nos anos seguintes até que o primeiro nível da carreira volte a atingir o valor do Piso Nacional cheio.

Estimativa de inflação:	3,92% (Sind-REDE/BH) 3,43% (Dieese)
Perdas Históricas:	aproximadamente 34%
Reajuste do Piso para 2026:	5,4 %
Valor do Piso para Nível Médio:	R\$ 5.130,63
Valor do nível 8 na rede (Nível Médio):	R\$ 3.011,88
Reajuste para o Nível 8 ter o valor cheio do piso:	70,35%
Valor necessário para o nível superior tenha o mesmo percentual de ganho em relação ao nível médio de 2019:	117,41%

Pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2026 e Calendário de atividades

Confira nos cartazes enviados juntamente com este jornal a pauta de reivindicações completa e o calendário de atividades, aprovados em assembleia. Também disponível em nosso site ou pelo QR Code ao lado:



sindrede.org.br